

A sigla ANPD significa Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

O que é a ANPD?

A ANPD é o órgão da administração pública federal brasileira, responsável por fiscalizar, regulamentar e orientar a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) — Lei nº 13.709/2018.

Foi criada oficialmente pela Lei nº 13.853/2019, e atua como autoridade supervisora da proteção de dados pessoais no Brasil, tendo papel semelhante ao da CNIL (França), ICO (Reino Unido) ou EDPB (União Europeia, no contexto do GDPR).

Principais funções da ANPD

Conforme o Art. 55-J da LGPD, a ANPD possui as seguintes competências:

Atribuição	Descrição
Regulamentar	Editar normas complementares à LGPD e definir padrões técnicos e boas práticas.
Fiscalizar	Investigar e apurar infrações à LGPD, podendo aplicar advertências, multas e sanções.
Orientar	Promover ações educativas, esclarecer dúvidas de empresas, instituições e cidadãos.
Proteger direitos	Zelar pelos direitos fundamentais à privacidade, intimidade e proteção de dados pessoais.
Cooperar	Colaborar com autoridades reguladoras, órgãos públicos e internacionais.
Julgar processos	Decidir sobre processos administrativos referentes à violação da LGPD.

Exemplos de atuação da ANPD

- Aplicação de sanções a empresas que vazam dados pessoais de forma indevida.

- Avaliação de incidentes de segurança (ex: roubo de banco de dados, acessos não autorizados).
 - Publicação de guias, normas e recomendações técnicas.
 - Análise de relatórios de impacto à proteção de dados (DPIA).
 - Recebimento de denúncias de titulares que tiveram seus dados expostos.
-

ANPD e o setor da saúde

Em ambientes hospitalares, clínicas e sistemas de gestão de saúde, a ANPD pode:

- Solicitar esclarecimentos sobre acessos não autorizados a dados de pacientes.
 - Exigir relatórios de incidentes conforme Art. 48 da LGPD.
 - Verificar medidas técnicas e administrativas adotadas (ex: criptografia, autenticação, auditoria).
 - Reforçar a obrigatoriedade do consentimento ou base legal adequada para uso de dados sensíveis.
-

Sanções previstas pela ANPD (LGPD – Art. 52)

- Advertência
 - Multa simples (até 2% do faturamento, limitada a R\$ 50 milhões por infração)
 - Publicização da infração
 - Bloqueio ou eliminação dos dados pessoais envolvidos
 - Suspensão parcial do funcionamento do banco de dados
-

Referências úteis

- Site oficial da ANPD:
<https://www.gov.br/anpd>
 - Texto da LGPD atualizado:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm
-

MODELO DE COMUNICAÇÃO DE INCIDENTE À ANPD

Conforme Art. 48 da LGPD (Lei nº 13.709/2018) e Resolução CD/ANPD nº 1, de 28 de outubro de 2021

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONTROLADOR

- Razão Social:
 - CNPJ:
 - Endereço Completo:
 - Nome do Encarregado (DPO):
 - E-mail de contato:
 - Telefone:
-

2. DETALHAMENTO DO INCIDENTE

- Data e hora da ocorrência:
 - Data da detecção:
 - Descrição resumida do incidente:
(Exemplo: acesso não autorizado por ex-funcionário de TI a computador da ex-gerente de RH fora do expediente, com cópia de dados sensíveis para dispositivo externo.)
 - Local do incidente (departamento/unidade):
 - Sistema(s) e recurso(s) afetados:
 - Origem provável do incidente:
(Ex: acesso interno; falha de controle; ausência de política de offboarding.)
-

3. DADOS PESSOAIS ENVOLVIDOS

- Tipo(s) de dados pessoais afetados:
 - () Dados pessoais comuns
 - () Dados pessoais sensíveis
 - () Dados financeiros
 - () Dados de saúde

- () Dados de menores
 - Estimativa do volume de dados envolvidos:
 - Número estimado de titulares afetados:
 - Categorias dos titulares afetados:
 - () Pacientes
 - () Colaboradores
 - () Fornecedores
 - () Outros: _____
-

4. RISCOS E CONSEQUÊNCIAS POSSÍVEIS

- Há risco relevante aos direitos e liberdades dos titulares?
 - () Sim
 - () Não
 - Justificativa da resposta:
 - Impacto potencial do incidente:
 - () Dano moral
 - () Dano financeiro
 - () Risco à integridade física
 - () Exposição de segredos empresariais
 - () Outros:
-

5. MEDIDAS ADOTADAS

- Ações imediatas tomadas para contenção do incidente:
(Ex: bloqueio de conta, isolamento do dispositivo, preservação de logs.)
- Medidas de mitigação adotadas:
(Ex: investigação forense, notificação de titulares, auditoria interna.)
- Medidas preventivas e corretivas planejadas:
(Ex: revisão de políticas de acesso, implementação de DLP, controle de offboarding.)

- Os titulares foram informados?
 - () Sim
 - () Não
 - Forma de comunicação utilizada:
 - Data da comunicação aos titulares:
-

6. OUTRAS INFORMAÇÕES

- Registro do incidente no Livro de Registro de Incidentes (LGPD Art. 37):
 - Número/ID do registro: _____
 - Contato técnico ou responsável pelo incidente:
 - Nome:
 - Cargo:
 - E-mail:
 - Telefone:
-


7. DECLARAÇÃO

Declaramos, sob as penas da lei, que as informações acima prestadas são verdadeiras e completas, e nos colocamos à disposição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados para esclarecimentos adicionais.

Local e data: _____

Assinatura do DPO ou Responsável Legal:

Observações:

- O envio deve ser feito preferencialmente pelo sistema eletrônico da ANPD, por meio do formulário oficial disponível em:
 <https://www.gov.br/anpd>
 - O controlador tem até 2 dias úteis para comunicar o incidente após a ciência do evento, se houver risco ou dano relevante aos titulares (LGPD, Art. 48).
-